



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA



2021

Plano de Contingência

Aromia bungii (Faldermann)

dgav
Direção Geral
de Alimentação
e Veterinária



Plano de Contingência

Aromia bungii (Faldermann)

Novembro 2021

versão 01

Divisão de Inspeção Fitossanitária e de Materiais de Propagação
Vegetativa

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Índice

Acrónimos e Siglas.....	5
I. Informação Base.....	6
1. Introdução e Objetivos	6
2. Definições	7
3. Legislação Aplicável.....	9
Na União Europeia.....	9
A nível Nacional	10
Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias, NIMF, FAO	10
4. Informação Sobre a Praga	11
4.1. Identificação e Taxonomia	11
4.2. Origem e Distribuição	11
4.3. Morfologia	12
4.4. Biologia e Ciclo de Vida.....	15
4.5. Hospedeiros	17
4.6. Sintomas e Danos.....	18
4.7. Impacto Económico	19
4.8. Meios de Introdução e Disseminação	20
4.9. Controlo.....	21
II. Prospeções.....	23
1. Procedimento de Inspeção	24
2. Colheita de Amostra	25
3. Cronograma das Inspeções.....	26
4. Notificação da Presença da Praga	26
A Nível Nacional.....	26
À Comissão e Estados-Membros da União Europeia	27
III. Estrutura Organizacional.....	28
1. Estratégia e Tática	28
1.1 Equipa de Gestão de Emergência.....	28
1.2 Equipas Operacionais	29

1.3	Laboratórios Designados	29
1.4	Contatos	30
IV.	Ocorrência.....	31
1.	Suspeita de Ocorrência.....	31
1.1	Procedimentos, Ações e Medidas.....	31
2.	Presença da Praga.....	33
2.1	Confirmação Oficial da Ocorrência - Procedimentos, Ações e Medidas de Erradicação	33
2.2	Identificação da Origem da Infestação e Avaliação da Extensão da Infestação	33
2.3	Estabelecimento de Zona Demarcada.....	34
2.4	Medidas de Erradicação	36
2.4.1	Medidas de erradicação em caso de não estabelecimento de zona demarcada.....	36
2.4.2	Medidas de Erradicação na Zona Demarcada.....	36
2.4.3	Restrições de circulação	38
2.5	Contenção.....	42
2.6	Vigilância.....	43
2.7	Medidas em Caso de Não Conformidade.....	44
3.	Ações de Formação e Divulgação	44
4.	Verificação do Cumprimento do Programa de Erradicação.....	45
5.	Vigência do Plano	46
	Bibliografia	47
	Anexos	49
	Anexo I - Ficha de Prospeção de <i>Aromia bungii</i>	49
	Anexo II - Contatos dos serviços de inspeção fitossanitária	50

Acrónimos e Siglas

ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

DRARAA - Direção Regional de Agricultura da Região Autónoma dos Açores

DRARAM – Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira

DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas

EFSA - European Food Safety Authority

EGE - Equipa de Gestão Estratégica

GNR - Guarda Nacional Republicana

ICNF, I.P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

IFCN, I.P.-RAM - Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM

INIAV, I.P. - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

OEPP - Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Plantas

UE - União Europeia

I. Informação Base

1. Introdução e Objetivos

Este Plano de Contingência visa definir as ações para prevenir a introdução da praga de quarentena *Aromia bungii* no território Nacional, e estabelece as medidas fitossanitárias necessárias para a sua erradicação, no caso de ser detetado um surto, impedindo-se a sua disseminação.

As medidas a constar neste plano estão de acordo com a legislação em vigor, procedendo a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) a atualizações sempre que o considere necessário.

O plano fornece orientações específicas sobre: disposições legais relativas ao organismo especificado; informação sobre o mesmo, nomeadamente, origem e distribuição, biologia e ciclo de vida, sintomas e prejuízos, meios de introdução e disseminação, controlo da praga; organização e responsabilidade dos vários intervenientes no plano; fatores relevantes para a prevenção, deteção; medidas oficiais de contenção e erradicação.

Este cerambicídeo (conhecido por cerambicídeo de caroço), é considerado uma praga extremamente perigosa para as espécies frutícolas do género *Prunus*, sendo capaz de causar elevados prejuízos em pessegueiros e damasqueiros, e podendo ser considerada grave para ameixeiras e cerejeiras. O seu impacto, sobretudo em pomares, é inaceitável a nível económico, ambiental ou social, pelo que a sua introdução e disseminação no território da União Europeia são proibidas.

Tendo em conta que as espécies cultivadas do género *Prunus* são amplamente utilizadas na fruticultura em toda a região da OEPP (Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção de Plantas), tendo já ocorrido várias interceções desta praga na região, a primeira das quais em 2008 no Reino Unido, e estando já presente em Itália, embora com uma distribuição restrita, foi constituído em 2013 um grupo de trabalho da OEPP para realizar uma análise de risco de praga, risco que se admitia logo à partida significativo para os países produtores de frutos de caroço na Europa e no resto da região da OEPP. Em consequência do trabalho realizado, foi decidido em 2014 incluir a praga na Lista A1 da OEPP (Lista de pragas recomendadas para quarentena). O seu estabelecimento nalgumas áreas da OEPP levou à transferência para a Lista A2 já no decurso de 2021.

Atualmente, a *Aromia bungii* é considerada uma praga de enorme relevância, sobretudo para os países do sul da região da OEPP, uma vez que aí não existem limitações relativas ao clima, existe abundância de plantas de *Prunus* espalhadas por uma grande área, e não existem limitações ao seu estabelecimento.

Aromia bungii é considerada Praga Prioritária da União Europeia pelo Regulamento Delegado (UE) 2019/1702 da Comissão de 1 de agosto de 2019 que complementa o Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais.

Com o intuito da deteção precoce de uma eventual introdução desta praga em Portugal, deu-se início em 2018 ao programa de prospeção anual, em locais onde se considerou haver maior risco da sua introdução, dando assim cumprimento ao estipulado no artigo 4.º da Decisão de Execução 2018/1503/UE, de 8 de novembro, que estabelece medidas destinadas a impedir a introdução e a propagação na União de *Aromia bungii*. Até ao momento, ainda não foi detetada a presença do organismo especificado no território português.

2. Definições

Para efeitos do presente Plano de Contingência, adotam-se as seguintes definições:

- a) «Organismo especificado», «Organismo prejudicial», *Aromia bungii* (Faldermann);
- b) «Vegetais especificados», plantas para plantação, com exceção das sementes, com um diâmetro do caule ou colo da raiz, igual ou superior a 1 cm no seu ponto de espessura máxima, de *Prunus* spp., com exceção de *Prunus laurocerasus* L.;
- c) «Madeira especificada», a madeira, na aceção do artigo 2.º, n.º 2 do Regulamento (UE) 2016/2031, que tenha sido obtida, no todo ou em parte, dos seguintes vegetais especificados, enumerados na Parte II do Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho, e conforme se descreve no quadro infra;

	Descrição
4401 12 00	Lenha em qualquer forma, de não coníferas
4401 22 00	Madeira em estilhas ou em partículas, de não coníferas
4401 40	Serradura (serragem), desperdícios e resíduos, de madeira, não aglomerados (1)
4403 12 00	Madeira de não coníferas em bruto, mesmo descascada, desalburnada ou esquadriada, tratada com tinta, creosoto ou outros agentes de conservação
ex 4404 20 00	Arcos de madeira de não coníferas; estacas fendidas; estacas aguçadas, não serradas longitudinalmente; madeira simplesmente desbastada ou arredondada, não torneada, não recurvada nem trabalhada de qualquer outro modo, para fabricação de bengalas, guarda-chuvas, cabos de ferramentas e semelhantes; madeira em fasquias, lâminas, fitas e semelhantes
4406	Dormentes de madeira para vias-férreas ou semelhantes
4407 94	Madeira de prunóideas (<i>Prunus</i> spp.), serrada ou fendida longitudinalmente, cortada transversal- mente ou desenrolada, mesmo aplainada, lixada ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm
4416 00 00	Barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respetivas partes de madeira, incluindo as aduelas
9406 10 00	Construções prefabricadas de madeira
(1) Aplicado a desperdícios e resíduos de madeira, não aglomerados, com mais de 2,5 cm de espessura e largura	

- d) «Embalagem de madeira especificada», embalagem obtida no todo ou em parte de vegetais especificados.
- e) «Tratamento», um procedimento, oficial ou não, que tem por objetivo a morte, inativação ou remoção de pragas, ou a sua esterilização, ou a desvitalização de vegetais ou produtos vegetais;
- f) «Incidência», a proporção ou número de unidades em que uma praga está presente numa amostra, remessa, terreno ou outra população definida;
- g) «Estabelecimento», a perpetuação, no futuro previsível, de uma praga numa área, após a sua entrada;

- h) «Zona infestada», área em que a presença de *A. bungii* foi confirmada, compreendendo todas as plantas com sintomas causados pelo organismo prejudicial;
- i) «Zona de contenção», área em que a presença de *A. bungii* foi confirmada por um período superior a quatro anos consecutivos, e onde não pode ser erradicada num curto período de tempo;
- j) «Zona tampão», faixa com um perímetro de pelo menos 2 km ao redor da zona infestada ou 4 km em torno da área de contenção;
- k) «Zona demarcada», a área constituída pela totalidade da área infestada ou área de contenção, e da zona tampão;
- l) «Erradicação», a aplicação de medidas fitossanitárias para eliminar uma praga de uma dada área;
- m) «Confinamento», a aplicação de medidas fitossanitárias numa área infestada e em seu redor para prevenir a propagação da praga;
- n) «Medida fitossanitária», qualquer medida oficial que se destine a prevenir a introdução ou a propagação de pragas de quarentena ou a limitar o impacto económico de pragas regulamentadas não sujeitas a quarentena.

3. Legislação Aplicável

Na União Europeia

O inseto *Aromia bungii* está listado no Regulamento de Execução (UE) 2019/2072 – Anexo II Bc¹ - que estabelece condições uniformes para a execução do Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais e no Regulamento Delegado (UE) 2019/1702² da Comissão, que complementa o Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, mediante o estabelecimento da lista de pragas prioritárias.

A Decisão de Execução (UE) 2018/1503 da Comissão de 8 de outubro de 2018 estabelece medidas destinadas a impedir a introdução e a propagação na União de *Aromia bungii* (Falderman).

¹ Regulamento de Execução (UE) 2019/2072 da Comissão de 28 de novembro que estabelece condições uniformes para a execução do Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de outubro no que se refere a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e que revoga o Regulamento (CE) 690/2008 da Comissão e altera o Regulamento de Execução (UE) 2018/2019 da Comissão.

² Regulamento Delegado (UE) 2019/1702 da Comissão de 1 de agosto de 2019 que complementa o Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante o estabelecimento da lista de pragas prioritárias.

A nível Nacional

A nível nacional aplica-se o Decreto-Lei n.º 67/2020 de 15 de setembro, que assegura a execução e garante o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 2016/2031, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e do Regulamento (UE) n.º 2017/625, relativo aos controlos oficiais, no domínio das medidas de proteção contra pragas dos vegetais.

Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias, NIMF, FAO

ISPM No. 4 - Requisitos para o estabelecimento de áreas livres de pragas

ISPM No. 5 - Glossário de termos fitossanitários

ISPM No. 6 - Diretrizes para prospeção

ISPM No. 7 - Sistema de certificação para exportação

ISPM No. 8 - Determinação da situação de uma praga numa área

ISPM No. 9 - Diretrizes para programas de erradicação de pragas.

ISPM No. 10 - Requisitos para o estabelecimento de lugares de produção livres de pragas e sítios livres de pragas

ISPM No. 13 - Diretrizes para a notificação de não conformidade e medidas de emergência

ISPM No. 14 - Aplicação de medidas integradas numa abordagem de sistemas de mitigação de risco para a gestão de risco de pragas

ISPM No. 15 - Regulamentação de embalagens de madeira no comércio internacional

ISPM No. 17 - Notificação de pragas

ISPM No. 23 - Diretrizes para inspeção

ISPM No. 27 - Protocolos de diagnóstico

ISPM No. 31 - Metodologias para amostragem de remessas

4. Informação Sobre a Praga

1.1. Identificação e Taxonomia

Identificação

Nome do organismo: *Aromia bungii* (Faldermann, 1835)

Taxonomia

Reino: *Animalia*;

Filo: *Artropoda*;

Subfilo: *Hexapoda*;

Classe: *Insecta*;

Ordem: *Coleoptera*;

Família: *Cerambycidae*;

Subfamília: *Cerambycinae*;

Tribo: *Callichromatini*;

Género: *Aromia*;

Espécie: *bungii*

Outros nomes científicos: *Aromia cyanicornis* Guérin-Méneville, *Aromia ruficollis* Redtenbacher, *Cerambyx bungii* Faldermann

Código da Organização Europeia de Proteção de Plantas (OEPP): AROMBU

Estatuto fitossanitário: lista A2 da OEPP, Anexo IIB do Regulamento de Execução (UE) 2019/2072, praga prioritária da União (Regulamento Delegado (UE) 2019/1702 da Comissão).

1.2. Origem e Distribuição

Aromia bungii é nativa do este e sudoeste asiático. Atualmente encontra-se **presente** no **Continente Asiático** (China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia e Vietname) (fig.2). Também foi relatada como **presente**, em áreas da **Rússia** perto da fronteira com a Mongólia; no **Japão** encontra-se **presente com distribuição restrita** (1.^a

deteção em 2013 e posteriormente em 2019, em cerejeiras); nos Estados Unidos encontra-se ausente, tendo ocorrido a interceção de uma fêmea adulta num navio no porto de Seattle após trocas comerciais com a China e Taiwan (2009) e em contentores de carga em 2014. Na **Europa** a primeira deteção ocorreu no Reino Unido (2008), tendo sido intercetados 3 adultos em paletes de madeira num armazém em Bristol. Ausente da quase totalidade do território, encontra-se **presente com distribuição restrita** em **Itália** onde a sua presença foi registada pela primeira vez em 2012 na região da Campânia em parques, jardins e pomares, em ameixeiras e damasqueiros, desenvolvendo-se esforços para a sua erradicação. Em 2013 surge na Lombardia em pessegueiros, encontrando-se o foco em erradicação, e em 2017 surge novo foco na zona da Lombardia, em damasqueiros e ameixeiras, estando também em erradicação; na **Alemanha** está também **presente, poucas ocorrências**, tendo sido detetado em 2011 num jardim privado numa ameixeira velha, e em 2016 de novo num jardim privado em ameixeiras, encontrando-se ambos os focos sob erradicação.

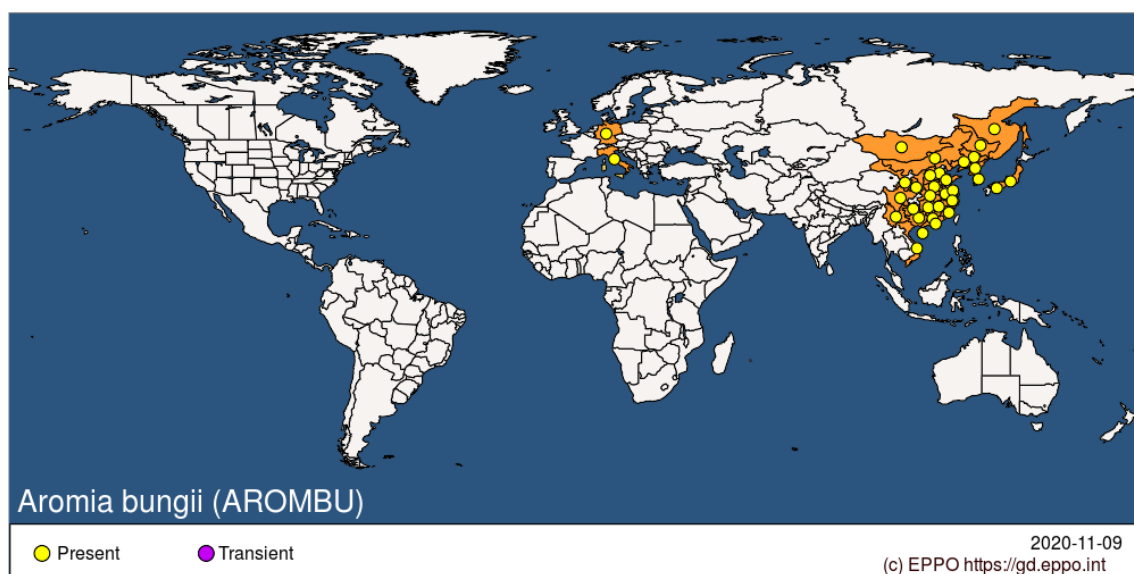


Figura 2: Distribuição de *Aromia bungii* Fonte: EPPO, 2020. Mapa de distribuição de *Aromia bungii* de acordo com a EPPO Global Database. O estatuto de pragas em países ou estados é relatado como presente (pontos amarelos) ou transitório (pontos roxos). (Fonte: EPPO global database, [www.eppo.int](https://gd.eppo.int)).

1.3. Morfologia

Ovo

Os ovos têm forma alongada a subcilíndrica, com aproximadamente 2mm de comprimento e 1 mm de largura, no entanto, foram descritos diferentes tamanhos de

ovos, desde 1,5 mm a 3-4 mm, e até mesmo, 6-7 mm. São de cor amarelo-esverdeado-esbranquiçado. Devido ao seu pequeno tamanho, e ao facto dos locais de oviposição serem escondidos, os ovos são dificilmente detetados.



Figura 3: Ovos (Fonte: CABI Datasheet report for *Aromia bungii* (red necked longicorn), <https://www.cabi.org/isc/datasheet/118984>)

Larva

As larvas eclodidas recém-nascidas, são alongadas e têm entre 2-2,5 mm de comprimento, enquanto as larvas maduras têm 42-52 mm, apresentam corpo esbranquiçado-amarelado e possuem 4 patas segmentadas. Da observação realizada a numerosas larvas, verificou-se haver dois tipos de larvas (a) e (b), com características morfológicas distintas: (a) mais longa e delgada do que a do tipo (b), com até 50 mm de comprimento e 10 mm no ponto mais largo do protórax, tem segmentos corporais que se estreitam até ao ápice abdominal, possui mandíbulas proeminentes e fortes, a parte basal é tão escura quanto a parte apical; o pronoto tem áreas claramente definidas de pigmentação castanha, em que a metade posterior é proeminente e longitudinalmente áspera. (b) mais cilíndrica e robusta, as mandíbulas são mais curtas, a parte basal é pálida estando separada da parte apical escura por um sulco transversal profundo. O pronoto é esbranquiçado e brilhante, com a parte posterior áspera longitudinalmente.



Figura 4: Larva intermédia

(Fonte: CABI Datasheet report for *Aromia bungii* (red necked longicorn),

<https://www.cabi.org/isc/datasheet/118984>)



Figura 5: Larva madura

(Fonte: CABI Datasheet report for *Aromia bungii* (red necked longicorn),

<https://www.cabi.org/isc/datasheet/118984>)

Pupa

A pupa é amarela esbranquiçada e tem 22-38 mm de comprimento, possui patas longas e antenas em espiral. As pupas, à medida que se desenvolvem, tornam-se gradualmente mais escuras, assemelhando-se à coloração dos adultos imaturos.



Figura 6: Pupa (Fonte: CABI Datasheet report for *Aromia bungii* (red necked longicorn),

<https://www.cabi.org/isc/datasheet/118984>)

Adulto

O adulto tem um comprimento entre 23 e 37 mm, cerca de quatro vezes mais do que a largura, possuindo patas longas e finas e antenas de cor preta, compridas e resistentes. O macho é mais pequeno que a fêmea, e as antenas são mais longas do que o seu corpo, enquanto nas fêmeas, a antena tem o mesmo tamanho que o corpo. Os adultos são

facilmente reconhecíveis por possuírem os élitros azul-escuros brilhantes, e o *pronotum* (secção logo atrás da cabeça) ter uma cor vermelho brilhante característica, com um par de saliências laterais robustas e pontiagudas. Foram recentemente encontrados em Itália adultos totalmente negros, sendo estes mais difíceis de reconhecer no campo.



Figura 7: (Fonte: EPPO Data sheets on quarantine pests: *Aromia bungii*, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/epp.12173>)

Existe uma outra espécie pertencente à família *Cerambycidae* e ao género *Aromia* que se pode confundir com a *Aromia bungii*, a *Aromia moschata*. Os coleópteros *A. moschata* subsp. *ambrosiaca* e *A. moschata* subsp. *orientalis*, apresentam uma coloração vermelho vivo na parte central do protórax, semelhante à forma típica de *A. bungii*. As principais diferenças estão na coloração geral esverdeada e metálica do corpo, e no aspeto áspero pontilhado do élitro, com dois ou três veios longitudinais.

1.4. Biologia e Ciclo de Vida

A biologia desta espécie é típica dos cerambycídeos da madeira, vive nas florestas, nas áreas verdes urbanas e em pomares, e está principalmente associada a espécies de *Prunus*. Inicialmente, supunha-se que esta praga preferia fazer as posturas em árvores velhas e senescentes, ou com infeções bacterianas ou fúngicas, mas verificou-se nos surtos em Itália que as fêmeas preferem árvores jovens e saudáveis para a oviposição. Quando ocorre em árvores senescentes, deve-se provavelmente a recolonizações após o estabelecimento da praga.

O período desde a incubação dos ovos até à emergência dos adultos varia entre 24 a 48 meses, dependendo das condições do local, tipo de hospedeiro, latitude e condições climáticas, sendo a temperatura um fator determinante na duração do seu ciclo de vida.

O ciclo de vida da *Aromia bungii* é constituído pelo estado de ovo, por quatro estados larvares (L1, L2, L3 e L4), pelo estado de pupa e pelo estado adulto. As fêmeas acasalam várias vezes durante a vida, e ovipositam após o acasalamento. Normalmente a postura dos ovos é realizada nas fendas da casca do tronco das árvores (zona subcortical), especialmente nos primeiros 30 cm do tronco acima do nível do solo, mas também nos ramos principais, e na cicatriz de enxertia em árvores mais jovens, e variando o número de ovos colocados em cada local, de 1 a 6. Não há registo de infestação nas raízes. Cada fêmea põe entre 350 e 750 ovos durante a sua vida.

As larvas do 1.º instar, normalmente emergem em cerca de 10 dias, penetram logo na casca do tronco e dos ramos basais, construindo galerias nos tecidos vasculares (floema). As larvas de instares intermédios desenvolvem-se nas zonas mais interiores do tronco e dos ramos, formando túneis. As larvas ejetam da galeria excrementos com aspeto de serradura, pelo menos uma vez por dia, durante o seu período de atividade, podendo a galeria atingir 50 a 60 cm de comprimento.

As larvas podem hibernar 2 a 3 vezes como larvas de diferentes idades, e por longos períodos de tempo sem se alimentarem, antes de ocorrer a pupagem, amadurecendo após 21-36 meses. As larvas do 4.º instar, formam no final dos túneis câmaras pupais, que correspondem a um alargamento da galeria larvar, e é aí que ocorre a pupagem e as pupas hibernam.

Normalmente, o período pupal surge na primavera ou início do verão, e dura cerca de 20 dias.

As larvas e pupas do último instar podem sobreviver durante várias semanas ou meses em toros de madeira mesmo após o corte, podendo evoluir para adultos.

Os adultos emergem sobretudo à noite, no final da primavera e nos meses de verão (geralmente entre maio e agosto), embora o pico ocorra no final de maio e início de julho (em Itália ocorre entre maio a setembro), e seguem um gradiente longitudinal de sul-norte. São diurnos e vivem entre 15 e 20 dias.

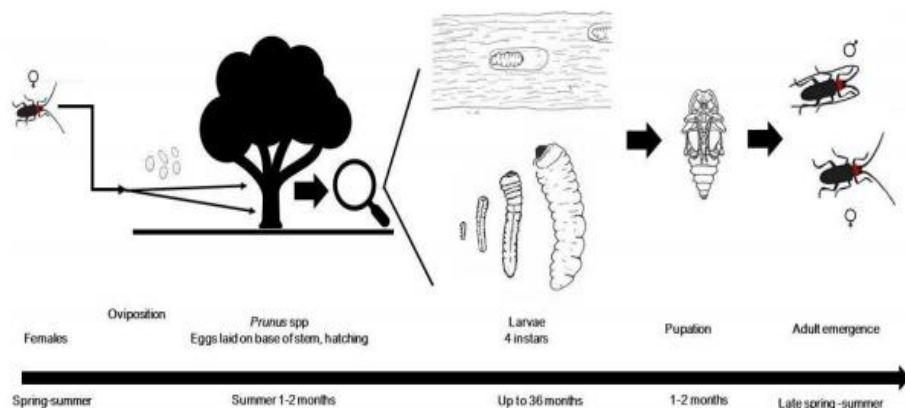


Figura 8: Representação esquemática do ciclo de vida da *Aromia bungii* (Fonte: EFSA, Pest Survey card on *Aromia bungii*, <https://efsa.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.2903/sp.efsa.2019.EN-1731>)

1.5. Hospedeiros

Aromia bungii é uma espécie oligófaga, isto é, alimenta-se a partir de uma gama limitada de hospedeiros, tendo como hospedeiros principais as fruteiras ditas de caroço, do género *Prunus*, nomeadamente, as espécies *Prunus persica* (pessegueiro), *Prunus armeniaca* (damasqueiro), *Prunus domestica* (ameixeira), *Prunus avium* (cerejeira), *Prunus dulcis* (amendoeira), *Prunus americana* (ameixeira americana), *Prunus salicina* (ameixeira japonesa), *Prunus cerasifera* (abrunheiro dos jardins) e *Prunus pseudocerasus* (cerejeira chinesa). Foram também relatados ataques de *A. bungii* a outros hospedeiros, pertencentes a outras famílias que não as Rosáceas, embora ainda seja necessária a confirmação oficial, nomeadamente, *Punica granatum* (romanzeira), *Diospyros kaki* (diospireiro), *Olea europaea* L. (oliveira) e *Quercus* spp. (carvalho). A base de dados da OEPP também lista como hospedeiros menores, a *Azadirachta indica*, *Bambusa textilis*, *Castanea molissima*, *Juglans regia* L., *Populus alba*, *Populus tomentosa*, *Pterocarya stenoptera*, *Pyrus bretschneideri*, *Schima superba*, *Zanthoxylum bungeanum*.

Assim, se em termos de prospeção são considerados como hospedeiros principais as fruteiras do género *Prunus*, devem ser considerados em termos de pesquisa e deteção, e sempre que possível, outros hospedeiros.

1.6. Sintomas e Danos

Sintomas

São vários os sintomas que podem ser observados numa árvore infestada e que resultam do ataque desta praga. Estes sintomas podem ser: orifícios na casca da base do tronco ou em ramos principais, galerias sob a casca da árvore, sinais de alimentação interna das larvas identificados através de depósitos de excrementos, e de serradura nos orifícios e na base das árvores, senescência precoce, enfraquecimento, murchidão, seca e morte das árvores.

Para deteção de estágios avançados de infestação, devem procurar-se sintomas nas árvores senescentes ou em decomposição, não devendo, no entanto, ser negligenciada a procura em árvores mais jovens.



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13

Figura 9: EFSA, Pest Survey card on *Aromia bungii*,

<https://efsa.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.2903/sp.efsa.2019.EN-1731>

Figuras 10, 11, 12 e 13 (Fonte: Red -Necked Longhorn Beetle, *Aromia bungii*,

<https://planthealthportal.defra.gov.uk/assets/factsheets/Aromia-bungii-Defra-PP-Factsheet-May-2017-2.pdf>

Na Europa, os sintomas localizados na base das árvores podem confundir-se com o ataque causado por outras pragas xilófagas, que também atacam *Prunus*, nomeadamente, *Capnodis tenebrionis*, *Cerambyx scopolii*, *Cossus* e *Zeuzera pyrina*. Recentemente, apareceram em certas áreas muito localizadas da Europa os cerambicídeos *Anoplophora chinensis* e *Anoplophora glabripennis*, que também podem produzir sintomas muito semelhantes aos causados pela *A. bungii*, em particular, *A. chinensis*, que escava galerias na base do tronco e nas raízes das árvores.

Danos

As larvas jovens podem causar danos, que resultam de escavarem pequenas galerias sob a casca. Estas larvas à medida que avançam na maturação (larvas intermédias), escavam túneis entrando no alburno e no cerne do tronco e dos galhos, tanto em árvores saudáveis como em árvores em mau estado. As larvas, através de orifícios feitos na casca, expulsam quantidades consideráveis de excrementos (pequenas bolas cilíndricas de serrim). A grande quantidade de serradura, que se acumula na base do tronco e na casca dos ramos principais de uma árvore atacada, é um bom indicador de infestação larvar. O volume de excrementos produzidos aumenta com a idade e o tamanho das larvas, sendo difícil a sua deteção no início das infestações, e tornando-se mais fácil à medida que as infestações aumentam.

Para além destes danos causados pelas larvas, também se podem observar danos causados por adultos, nomeadamente os seus orifícios de emergência, que podem ocorrer na base do tronco ou em ramos principais. Estes orifícios tem um formato oval (com diâmetro de cerca de 12 mm), e indicam que uma primeira geração completou o seu desenvolvimento, podendo ainda estar presente na madeira larvas vivas mais jovens, que irão emergir após um ou mais anos. Caso se suspeite da presença de larvas, é recomendável remover a casca e cortar transversalmente o tronco das árvores, podendo encontrar-se galerias escavadas por larvas maduras, e observar-se larvas a alimentar-se no floema. Dentro de uma mesma árvore podem desenvolver-se várias gerações, até causar a sua morte.

1.7. Impacto Económico

O impacto económico desta praga faz-se sentir sobretudo em pomares, sendo considerada muito destrutiva em pessegueiros e damasqueiros, podendo ser considerada grave em ameixeiras e cerejeiras.

As larvas de *Aromia bungii* podem causar prejuízos consideráveis, uma vez que ao perfurarem a madeira logo após a eclosão, e ao produzirem galerias nos ramos e no tronco, nomeadamente na zona do câmbio, interrompem a circulação da seiva, matando os tecidos associados, enfraquecendo a árvore e reduzindo a produção de frutos. Aliás, infestações severas, podem mesmo conduzir à morte das árvores.

Em Itália, constatou-se que plantas jovens, de 1 a 2 anos, nunca foram infestadas, tendo as infestações ocorrido sempre em plantas acima de 3 anos de idade, o que está em

consonância com trabalhos científicos recentes, produzidos nas áreas de origem do inseto. Em Itália, num período entre 3 a 4 anos, assistiu-se à destruição de pomares de *Prunus* spp. com 20 a 30 anos.

1.8. Meios de Introdução e Disseminação

Introdução

Pensa-se que, provavelmente, a principal via de introdução de *Aromia bungii* na região da OEPP terá sido através de material de embalagem de madeira (paletes, caixas, etc.), podendo, contudo, também ocorrer, através de outras vias de entrada, tais como:

- Importação de madeira (inclui madeira cortada, que pode ser redonda ou serrada, com ou sem casca) ou produtos de madeira (inclui material de embalagem, móveis e objetos de madeira, partículas e aparas de madeira), que podem ser de espécies de *Prunus* e *Populus alba*, que tenham dimensão suficiente para permitir o ciclo de vida da praga, albergando larvas vivas e até adultos em emergência, e que não tenham sido submetidos a tratamentos por calor para destruir a praga especificada;
- Plantas para plantação e bonsais, podem sustentar ovos na casca, bem como larvas jovens e pupas, no caule ou nos ramos;
- Outras mercadorias importadas, que podem servir para introduzir adultos de forma ocasional. Na época de voo dos adultos, estes podem viajar nas embalagens e contentores, sem se encontrar sinais de infestação;
- Envio de coleópteros vivos, por exemplo, entre colecionadores (pese embora seja proibida a introdução e circulação da praga no território da UE);
- Comercialização de partes de plantas, como sendo, ramos de plantas hospedeiras. Os ovos e as larvas podem estar presentes em ramos e folhagem cortada, embora seja pouco provável que tal ocorra, devido ao comprimento dos ramos ser muito pequeno para a praga completar o seu desenvolvimento;
- Locais onde existam *Prunus* perto de pontos de entrada, como portos e aeroportos, são considerados potenciais locais de risco, e como tal, devem ser considerados locais a prospectar, como sendo, parques, jardins, pomares, armazéns circundantes, viveiros e centros de jardinagem, importadores de plantas e madeiras de espécies hospedeiras de locais onde a praga está presente, indústrias de processamento de madeira, serrações.

Disseminação

Os principais fatores de risco para a disseminação da praga são: capacidade de dispersão a nível local (curta distância) e a longa distância, atividade humana, espécie hospedeira, temperatura e humidade.

A **dispersão a nível local**, está relacionada com a possibilidade da praga, uma vez introduzida, adquirir a capacidade de se estabelecer numa determinada área. Os adultos de *Aromia bungii* podem voar, mas o comportamento do seu voo depende da abundância e grau de proximidade de plantas hospedeiras, e é também influenciado por feromonas libertadas pelos machos que atraem as fêmeas. Pensa-se que os adultos possam utilizar para além dos seus sentidos olfativos, também a visão, para se orientarem durante o voo. Não existe informação específica sobre a dispersão das populações pelo voo, mas pensa-se que possa ser semelhante à da *Anoplophora glabripennis*, ou seja, uma média de 560m com um máximo de 2500m por ano. Em situações em que não haja plantas hospedeiras disponíveis, estes insetos podem voar durante mais tempo e a maiores distâncias.

Relativamente à **dispersão a longa distância e à dispersão internacional**, é provável que a mesma ocorra devido a trocas comerciais. A atividade do Homem através da movimentação de toros de madeira, plantas para plantação, bonsais e material de embalagem de madeira infestado, constitui um risco de disseminação da praga a partir de uma zona infestada, em particular o comércio a partir do este Asiático, principalmente da China.

1.9. Controlo

O controlo é difícil porque a larva penetra rapidamente na casca das árvores, e o seu controlo só é possível com inseticidas sistémicos, estando a decorrer estudos de eficácia.

Assim, as principais medidas de controlo passam por medidas profiláticas, como a destruição e remoção de árvores infestadas e potencialmente infestadas, utilização de nemátodes entomopatogénicos (*Steinernema carpocapsae*), utilização de castradores, parasitoides e predadores. Foram também utilizadas armadilhas atrativas usando garrafas com líquidos fermentados à base de sumos de fruta e vinagre, mas a sua eficácia foi relatada como muito baixa.

Em Itália, onde a praga está presente há vários anos, está a ser feita a monitorização intensiva das zonas infestadas, tendo sido estabelecida uma zona tampão à volta da zona infestada, efetuadas observações na zona demarcada (ZI+ZT), e tendo sido tomadas medidas fitossanitárias com vista à erradicação, e, caso não seja conseguida, à contenção da dispersão.

II. Prospeções

O objetivo do programa de prospeção para *Aromia bungii*, consiste em implementar um programa de vigilância fitossanitária no território nacional, que permita prevenir a introdução, e evitar a disseminação desta praga, conforme estabelecido no Regulamento (UE) 2016/2031 relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais e na Decisão (UE) 2018/1503. O programa é oficial e implementado pelos serviços oficiais de fitossanidade dos serviços agrícolas e florestais regionais, sob coordenação da DGAV.

Para que ocorra a deteção precoce do organismo especificado, e quando apropriado, monitorização e estimativa de risco, é necessário estabelecer um protocolo de prospeção, levado a cabo através de inspeções oportunas.

De acordo com o estabelecido no artigo 24.º do Regulamento (UE) 2016/2031 a prospeção deverá ser realizada anualmente, e deverá incidir particularmente sobre:

- **Plantas hospedeiras de *A. bungii* para plantação (exceto sementes):** pode-se encontrar a presença de ovos em fendas na casca do tronco, bem como larvas e pupas no tronco ou nos ramos. Também se considera como via de entrada os porta-enxertos e bonsais de espécies hospedeiras;
- **Madeira e produtos de madeira de plantas hospedeiras de *A. bungii*:** qualquer madeira ou produtos de madeira de *Prunus* spp. que sejam suficientemente grandes para permitir o ciclo de vida da praga até a emergência do adulto, e que não tenha sido tratada por calor para destruir a praga especificada. Os ovos podem estar presentes no córtex, e as larvas e pupas podem ser encontradas na madeira, podendo qualquer uma destas formas da praga sobreviver em madeira cortada, ou em material de embalagem de madeira;

e, nos seguintes locais de risco:

- **Viveiros e centros de jardinagem** que recebem plantas de *Prunus* spp. de países onde a praga está presente;
- **Serrações e indústrias de processamento de madeira**, que recebem madeira de *Prunus* spp. de países onde a praga está presente;
- **Plantações de *Prunus* spp.** perto de locais de risco de entrada de *A. bungii*;

- **Parques e jardins com presença de *Prunus spp.*** perto dos locais de risco de entrada de *A. bungii*;
- **Madeira ou produtos embalados com madeira de *Prunus spp.*** provenientes de países onde a praga está presente.

1. Procedimento de Inspeção

As prospeções consistem numa inspeção visual e, em caso de suspeita de infestação pelo organismo, de uma recolha de amostras.

Nessas inspeções procuram-se os seguintes sintomas: presença de orifícios de saída de adultos na casca do tronco e nos ramos; sinais de alimentação; larvas internas, devendo escavar-se por baixo da casca para seguir a galeria; presença de serradura nos orifícios dos ramos maiores e na base do tronco da árvore. Deve também procurar-se localizar adultos, sendo fácil a sua identificação, dada a sua atividade diurna, o seu tamanho e cor.

Em infestações mais graves, pode também ser observado enfraquecimento, murchidão, secagem ou morte da árvore. Podem ser consultadas imagens dos sintomas no ponto 4.6 do presente Plano.

Opcionalmente, as inspeções visuais podem ser complementadas com a colocação de armadilhas nas plantações de *Prunus spp.*, perto dos locais de risco e na época do voo do adulto (março a agosto, com atividades máximas entre meados de maio e meados de julho).

Tendo em consideração as principais vias de entrada da praga, devem realizar-se inspeções nos locais que importem de países onde a praga ocorra, e que podem ser os seguintes: **viveiros e centros de jardinagem, importadores de plantas e madeiras suscetíveis, indústrias de processamento de madeira, serrações, embalagens de madeira *Prunus spp.*, bem como parques, jardins e plantações próximas aos locais descritos.**

Os resultados da prospeção devem ser registados pelos técnicos das DRAP, da DRARAA e DRARAM, e pelos técnicos florestais do ICNF e IFCN na Ficha de Prospeção (*vide* Anexo I). Caso os operadores detetem material especificado com sintomas suspeitos, devem contactar os serviços de inspeção (*vide* Anexo II) para que se possa proceder à colheita oficial de amostras.

2. Colheita de Amostra

Quando se observa a presença de sintomas da praga numa planta hospedeira, ou se suspeita de infestação, e se deteta a presença de adultos ou larvas do inseto, devem ser colhidas amostras para identificação, encaminhando-as o mais rapidamente possível para a DGAV, para que as amostras possam seguir com celeridade para o laboratório.

A amostra deve incluir além do inseto vivo, um pedaço de material vegetal em que se observe os danos causados pelo inseto. A amostra deve ser enviada ao laboratório num recipiente bem fechado.

Se isso não for possível, e o envio da amostra estiver atrasado, ou o inseto não estiver vivo, os insetos adultos devem ser enviados secos, protegidos com algodão ou cortiça ralada, para evitar quebra de patas e antenas. Se a amostra for constituída por larvas, elas devem ser colocadas num recipiente bem fechado com álcool a 70 %, para se manterem preservadas até serem identificadas.

Para a amostragem dos vegetais destinados à plantação (incluindo bonsai) e para as madeiras potencialmente infetadas, deverá também ser realizada uma amostragem destrutiva, o que envolve o corte do caule e dos ramos principais e raízes com um diâmetro maior do que 10 mm, em pequenos pedaços (2,5 cm), e cortando-os transversalmente para procurar sinais de túneis, ou da praga.

Caules maiores podem ser descascados e cortados em pedaços menores de 10-15 cm, que são então divididos, e examinados, para comprovar se existem galerias de larvas ou mesmo larvas no seu interior. Sempre que são visualizadas galerias, a divisão deve ser feita com mais cuidado, a fim de se encontrar, se possível, larvas intactas, para posterior identificação.

As amostras recolhidas são enviadas para a DGAV, acompanhadas da ficha de prospeção, cabendo à Direção-Geral a responsabilidade de as codificar e remeter ao laboratório autorizado.

Os resultados laboratoriais são comunicados à DGAV que, enquanto autoridade fitossanitária nacional, coordena a divulgação da informação e, em caso de confirmação da presença da praga, implementa as medidas adequadas de proteção fitossanitária.

3. Cronograma das Inspeções

O cronograma que a seguir se indica, mostra o estágio da praga ao longo do ano. Deve-se ter em atenção, que o ciclo de vida desta praga pode durar de 2 a 4 anos, podendo a larva permanecer no interior da planta ou madeira, durante um longo período de tempo (21 a 36 meses).

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ovos												
Larva												
Pupa												
Adulto												

4. Notificação da Presença da Praga

A Nível Nacional

Os proprietários, usufrutuários ou rendeiros de vegetais hospedeiros, bem como os operadores profissionais que produzam ou comercializem material vegetal hospedeiro; responsáveis de serrações de madeira e de embalagens de madeira especificada, nas zonas demarcadas, ou em locais onde se suspeite da presença de *Aromia bungii* não abrangidos por zonas demarcadas, são notificados pela DRAP/DRARAM/DRARAA territorialmente competente, para o cumprimento das medidas de proteção fitossanitárias aplicáveis.

As notificações são efetuadas por via postal, transmissão eletrónica de dados, ou por contacto pessoal com o notificado, no lugar em que for encontrado. No caso de notificações a particulares, e nas situações em que não for possível identificar o proprietário, ou não for exequível a notificação por ofício dado o elevado número de destinatários envolvidos, as DRAP/DRARAA/DRARAM e ICNF/IFCN deverão elaborar e publicar um Edital em conformidade, a afixar nos locais de afixação das DRAP/DRARAM/DRARAA e ICNF/IFCN, bem como nas autarquias locais, a par dos respetivos sítios na Internet. Para harmonização a nível nacional, os modelos de notificação e de edital serão elaborados sob orientação da DGAV, de acordo com as características das diversas situações que vierem a ser detetadas.

Na notificação oficial, seja direta, seja por edital, deve constar a identificação inequívoca dos limites da zona demarcada, as medidas fitossanitárias que devem ser obrigatoriamente aplicadas, assim como o regime contraordenacional em vigor, constante do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 67/2020, de 15 de setembro.

À Comissão e Estados-Membros da União Europeia

Conforme estabelecido no artigo 11º do Regulamento (UE) 2016/2031, a DGAV deverá notificar a presença ou suspeita do foco de *Aromia bungii* à Comissão e aos restantes Estados-Membros, no prazo de 8 dias úteis, utilizando para tal, em conformidade com o artigo 32.º do Regulamento de Execução (UE) 2019/1715, a rede Europhyt.

Esta notificação deve conter, no mínimo, os dados referentes ao nome científico da praga, localização da praga, motivo da notificação, como e em que data a praga foi detetada, plantas hospedeiras na área infestada e data de confirmação da praga, se isso ocorrer, conforme estabelecido no referido artigo.

Os dados referentes à amostragem, delimitação da área infestada, severidade e origem do surto, e as medidas fitossanitárias a serem adotadas, poderão ser notificadas posteriormente, e sempre no prazo máximo de 30 dias a partir da data de confirmação oficial, conforme indicado e estabelecido no referido artigo.

III. Estrutura Organizacional

1. Estratégia e Tática

Compete à DGAV, enquanto Autoridade Fitossanitária Nacional:

- Definição dos procedimentos e ações a desenvolver;
- Tomada de decisão no controlo da praga;
- Coordenação da execução do plano de contingência, em articulação com as diferentes DRAP do continente, autoridades competentes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o ICNF e o IFCN, o INIAV e a ASAE.

1.1 Equipa de Gestão de Emergência

Na sequência da deteção de um foco suspeito, é necessário acionar o Plano, devendo ser estabelecida uma Equipa de Gestão de Emergência (EGE) para lidar com as questões táticas numa base diária, coordenada pela DGAV e constituída por representantes das DRAP/DRA/ICNF/IFCN onde a praga foi detetada. A Equipa é responsável por:

- Avaliar a ameaça que o foco constitui;
- Dirigir a investigação para determinar a extensão do foco, as possibilidades de erradicação e os custos envolvidos;
- Elaborar o programa de erradicação, mobilizar e administrar os recursos para implementar esse programa;
- Assegurar que o programa de erradicação cumpre os critérios para uma erradicação de sucesso;
- Modificar o plano de erradicação conforme necessário;
- Estabelecer a ligação com outros organismos, se apropriado, por exemplo, Autoridades locais, GNR-SEPNA, Associações de Produtores representativas do setor agrícola, madeireiros, e autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE);
- Definir competências de cada agente, assegurando que cada um deles entende e assume as suas responsabilidades;
- Assegurar que os agentes envolvidos têm “Formação técnica” e “Autoridade legal” para implementar as suas tarefas;
- Implementar um sistema eficiente de documentação e de comunicação de atividades.

Os organismos oficiais envolvidos colaboram no reforço da divulgação da informação sobre a praga, através dos seus portais, distribuição de folhetos informativos e emissão de circulares sobre as medidas que estão a ser tomadas, e as formas de prevenir a dispersão da praga, as quais incluem as condições de circulação das plantas provenientes da zona demarcada.

1.2 Equipas Operacionais

Na execução do Plano, as atividades de prospeção, colheita de amostras e diagnóstico preliminar de exemplares, estão atribuídas às DRAP, DRA e serviços florestais, bem como as inspeções para verificação da aplicação das medidas fitossanitárias, notificadas aos proprietários, e das restrições de produção e colocação em circulação dos vegetais pelos operadores registados abrangidos.

A ASAE realiza ações de fiscalização do cumprimento da medida de proibição de comercialização de vegetais hospedeiros, exceto frutos, em feiras ou quaisquer estabelecimentos comerciais, cujo local de atividade se encontre abrangido pelas zonas demarcadas, e não esteja autorizado para o efeito.

As organizações de agricultores devem colaborar na execução do Plano através da vigilância nos campos de produção das culturas afetadas, sob coordenação dos serviços oficiais. Aos operadores localizados nas zonas suspeitas, ou onde se sabe ter ocorrido a presença da praga, é requerido o autocontrolo como complemento à atividade dos serviços oficiais.

1.3 Laboratórios Designados

Para efeitos de confirmação da identificação do organismo especificado, consideram-se os seguintes laboratórios:

- Laboratório de Entomologia da Unidade Estratégica de Investigação e Serviços de Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV);
- Laboratório Regional de Sanidade Vegetal da Região Autónoma dos Açores;
- Laboratório de Qualidade Agrícola (LQA) da Região Autónoma da Madeira.

1.4 Contatos

Uma vez definidos os intervenientes, os contatos serão divulgados entre todos, através de uma tabela como a apresentada abaixo:

Nome	Contato		Entidade	Funções atribuídas no âmbito do plano
	Telefone	Email		

IV. Ocorrência

1. Suspeita de Ocorrência

1.1 Procedimentos, Ações e Medidas

A suspeita da presença deste organismo prejudicial, ou a sua deteção, podem resultar de:

- Uma inspeção geral, ou prospeções específicas, ou quando os serviços oficiais responsáveis são informados da sua presença por um operador, ou mesmo por um particular;
- Uma importação ou movimentação de plantas, produtos vegetais de hospedeiros, e madeira especificada de *Prunus* spp.

Quando há suspeita da presença do organismo num local, deve de imediato proceder-se à recolha de informação considerada pertinente, a qual é importante para a determinação da origem do foco e da extensão da dispersão, assim como para a tomada de decisões, em caso de posterior confirmação. As DRAP/DRARAA/DRARAM, ICNF ou IFCN devem realizar inspeções e procurar:

- Verificar "in loco" a presença de sintomas suspeitos;
- Colher amostras do material vegetal com sintomas da presença da praga, conservando-as e seguindo o procedimento especificado para a prospeção;
- Marcar, isolar e imobilizar os vegetais ou produtos vegetais dos quais foram retiradas amostras, não podendo os vegetais e produtos vegetais serem comercializados até à confirmação dos resultados laboratoriais;
- Obter o máximo de informações possíveis, consideradas pertinentes, no local afetado, e fora deste, nomeadamente:
 - Localização geográfica do local afetado (pomar, viveiro, serração ou indústria de processamento): GPS, complementado por localização administrativa (concelho, freguesia, lugar, rua, etc.);
 - Identificação do proprietário;
 - Hospedeiro: espécie, variedade, fase de desenvolvimento, idade, origem;
 - Tipo de local onde o organismo prejudicial foi detetado e identificado: pomar, ou instalação (incluindo fotografias dos sintomas);
 - Data de deteção;

- Método de deteção e identificação: inspeção, armadilha, planta, embalagem, madeira, etc.;
- Fase de desenvolvimento do organismo: adulto, larva, pupa;
- Nível de incidência na área afetada, extensão e gravidade dos sintomas / prejuízos provocados: número ou percentagem de plantas e materiais afetados, nível de presença do organismo prejudicial, parte do hospedeiro afetado, estimativa da amplitude do surto, superfície afetada;
- Fatores que facilitem a dispersão natural: proximidade de hospedeiros, e direção dos ventos na zona, que possa facilitar o voo dos adultos;
- Fonte (s) primária (s) de infestação, e qualquer outra informação que possa ajudar a estabelecer a rastreabilidade do material sob suspeita. No caso de material em comercialização, determinar o destino dos vegetais, produtos vegetais e madeira do lote vendido anteriormente à deteção;
- Detalhes de qualquer movimento de material vegetal na área afetada, nomeadamente, pessoas que transportem os vegetais especificados, sacos e/ou embalagens, equipamentos e máquinas utilizadas para o transporte de plantas ou madeira, se aplicável, maquinaria partilhada em vários terrenos, reutilização de embalagens em armazém, assim como qualquer outro fator que possa fornecer informação sobre a possível dispersão do foco detetado;
- Notificar o operador proibindo-o de movimentar os vegetais ou produtos vegetais hospedeiros até confirmação laboratorial do resultado.

Consoante o nível de suspeita, e enquanto se aguarda pelo resultado da identificação laboratorial, poderão desde logo ser implementadas algumas medidas oficiais, de modo a prevenir uma possível dispersão da praga. Algumas das medidas preventivas possíveis, a serem aplicadas, são as seguintes:

- Restrições ao movimento de plantas, madeira, embalagens de madeira especificada a partir do local suspeito;
- Em caso de deteção de adultos, complementar a prospeção com a pesquisa de larvas na casca do tronco e nos ramos, na madeira e nas embalagens de madeira especificada;
- Incremento da vigilância em culturas hospedeiras na proximidade;
- Se aplicável, realização de tratamentos preventivos;

- Se aplicável, inspeção em terminais de aeroporto, contentores, entrepostos comerciais para onde possam ter sido enviados partes de vegetais, plantas e madeiras especificadas infestadas.

2. Presença da Praga

2.1 Confirmação Oficial da Ocorrência - Procedimentos, Ações e Medidas de Erradicação

Uma vez confirmada laboratorialmente a presença de *Aromia bungii*, são de imediato tomadas medidas pela DGAV, com o objetivo de conseguir a redução da incidência da praga na zona infestada, evitando-se a dispersão, e se alcançar a erradicação. Essas medidas são comunicadas pela DGAV às várias entidades que com ela colaboram na sua implementação, devendo incluir a imediata notificação do proprietário dos vegetais, madeiras ou embalagens de madeira especificada infestadas, ou do local onde foi detetada a praga.

É competência das DRAP e/ou do ICNF no território continental, e das Direções Regionais nas regiões autónomas e do IFCN na RAM, procederem às notificações das medidas fitossanitárias obrigatórias a aplicar.

2.2 Identificação da Origem da Infestação e Avaliação da Extensão da Infestação

Confirmada a ocorrência, deverão ser incrementadas as medidas preventivas já iniciadas, e indicadas anteriormente neste plano, destacando-se as averiguações para identificar a possível origem do surto, e se obter a rastreabilidade do material vegetal especificado, potencialmente infestado. Isto é, circulação de plantas, madeiras e embalagens de madeira de *Prunus* spp. para outras zonas, comércio desse material na zona, e existência de serrações e empresas que produzem embalagens de madeira na zona infestada e em redor da mesma. Devem também ser intensificadas as prospeções (observação visual e amostragem) na zona infestada e área envolvente. Caso a deteção tenha ocorrido num pomar, deverá ser dada indicação ao proprietário para o arranque e destruição das árvores infestadas, e proibição de circulação da madeira das árvores e da terra aderente, para fora do local infestado.

Na avaliação da extensão da infestação deve ter-se em conta, não só a origem da infestação, como a proximidade a outros locais de risco com espécies hospedeiras, movimentação e partilha de maquinaria agrícola ou outros equipamentos utilizados na

zona infestada. Feita a avaliação do risco pelos serviços oficiais, pode a DGAV proceder a um ajuste das medidas fitossanitárias aplicadas, podendo eventualmente ser necessário emitir novas notificações.

2.3 Estabelecimento de Zona Demarcada

Logo que o laboratório confirme a presença da praga, o resultado é comunicado à DGAV, a qual, de imediato procede à aplicação de medidas de proteção fitossanitária, para evitar a dispersão a partir da zona infestada, e garantir a erradicação do organismo prejudicial. Estas medidas incluem, de acordo com o disposto no art.º 45.º da Decisão de Execução (UE) 2018/1503 da Comissão, de 8 de outubro, o estabelecimento de uma **zona demarcada**, constituída por uma zona infestada e por uma zona tampão.

A **zona infestada** é a zona onde a presença do organismo especificado foi confirmada e que contém:

- Todos os vegetais que se sabe estarem infestados pela praga;
- Todos os vegetais que apresentem sintomas que indiquem uma possível infestação;
- Todos os outros vegetais passíveis de terem estado ou de virem a estar infestados pela praga.

A **zona tampão** é estabelecida em redor da zona infestada, e deve ter uma largura mínima de 2 km.

Se se vier a confirmar a presença do organismo na zona tampão, a delimitação da zona infestada e da zona tampão deve ser alterada em conformidade.

A delimitação da zona infestada e da zona tampão deve ter em consideração a biologia da praga, nível de infestação, distribuição dos vegetais e produtos vegetais hospedeiros, distribuição atual da praga, investigação da origem da contaminação, possível disseminação da praga, capacidade da praga se espalhar naturalmente, o número de parcelas infestadas, os ventos e qualquer outro fator, que a autoridade competente considere adequado levar em consideração.

Caso a DGAV conclua que a erradicação do organismo especificado é possível, atendendo às circunstâncias do surto, aos resultados de uma investigação específica, ou à aplicação imediata de medidas de erradicação, o raio da zona tampão pode ser reduzido até 1 km, dos limites da zona infestada.

Quando uma parte da plantação está incluída na zona tampão, toda a plantação será incluída na referida zona, e estará sujeita a prospeção oficial. No caso de haver várias zonas tampão que se sobrepõem, ou estarem geograficamente próximas, será estabelecida uma área demarcada que inclui a totalidade da área coberta pelas várias áreas demarcadas correspondentes, e os espaços entre elas. A autoridade competente irá determinar a distância mínima para considerar que várias zonas tampão são geograficamente próximas, dependendo da avaliação de risco.

A definição de zonas demarcadas é aprovada por despacho do Diretor Geral da Alimentação e Veterinária e publicitada no portal da DGAV, e inclui o respetivo mapa, e eventuais atualizações, bem como, as listas das freguesias total e parcialmente abrangidas. Estas listas também são divulgadas pelas restantes entidades envolvidas.

Os proprietários de vegetais, madeira, embalagens de madeira especificada, que tenham atividade na zona declarada infestada, bem como os abrangidos pela zona tampão, serão notificados pelas DRAP/DRARAA/DRARAM e/ou ICNF/IFCN das medidas que serão obrigatoriamente aplicadas, por ofício ou edital.

A zona demarcada é atualizada sempre que se confirme a presença do organismo nocivo numa nova freguesia.

Não será necessário o estabelecimento de uma zona demarcada no caso de se verificarem uma das seguintes condições:

- A praga ter sido introduzida em material previamente infestado, e de não ser possível a sua disseminação;
- Se comprove que a deteção do organismo foi um ato isolado, e que as probabilidades de estabelecimento e disseminação são muito baixas.

Nesta situação, será delimitada a zona infetada, e serão adotadas as medidas abaixo especificadas no ponto 2.4.1 deste plano.

Uma zona demarcada deixa de o ser, quando o organismo nocivo não tiver sido aí detetado, por um período de quatro anos consecutivos em resultado de prospeções oficiais intensivas. Nesse caso o Estado Membro em causa deve notificar a Comissão e os outros Estados Membros.

2.4 Medidas de Erradicação

2.4.1 Medidas de erradicação em caso de não estabelecimento de zona demarcada

Caso se verifique uma das duas condições, anteriormente indicadas, para o não estabelecimento de uma zona demarcada, devem ser tomadas as seguintes medidas:

- a) Medidas imediatas para garantir a erradicação rápida de *A. bungii* e excluir a possibilidade da sua disseminação;
- b) Vigilância intensiva e periódica durante o período que abrange pelo menos um ciclo de vida do organismo especificado, mais um ano adicional, incluindo vigilância por, pelo menos, quatro anos consecutivos, num raio de pelo menos 1 km ao redor dos vegetais, madeira ou material de embalagem de madeira infestados, ou do local onde se encontrou a praga;
- c) Destruição de qualquer material vegetal, madeira ou embalagens de madeira infestado;
- d) Investigação da origem da infestação, através do rastreio de vegetais, madeira ou embalagens de madeira, na medida do possível, e exame dos mesmos antes de qualquer sinal de infestação. O exame deve incluir uma amostragem destrutiva direcionada;
- e) Atividades de consciencialização pública sobre a ameaça de *A. bungii*;
- f) Qualquer outra medida que contribua para erradicar o organismo especificado, levando em consideração a Norma Internacional para medidas fitossanitárias ISPM 9 e aplicação de uma abordagem integrada de acordo com os princípios estabelecidos na NIMF 14.

2.4.2 Medidas de Erradicação na Zona Demarcada

O programa de erradicação a realizar nas zonas demarcadas assenta em três princípios: erradicação, contenção e vigilância.

Erradicação

Estabelecida a zona demarcada de acordo com as condições especificadas anteriormente no presente plano, adotam-se as seguintes medidas:

- a) Corte imediato de plantas infestadas e plantas apresentando sintomas causados por *A. bungii*, e remoção completa das respetivas raízes, se forem observadas galerias larvares abaixo do colo da raiz do vegetal infestado. Caso as plantas infestadas sejam observadas fora do período de voo do organismo, deve ser realizado o corte e remoção, antes do início do próximo voo;
- b) Corte de todas as plantas especificadas num raio de 100 m ao redor das plantas infestadas, e exame dessas plantas para detetar qualquer sinal de infestação. Caso a DGAV conclua que não é apropriado efetuar o corte de certas árvores, devido às suas especificidades sociais, culturais ou ambientais, deverá, no entanto, garantir-se, que os vegetais especificados que não serão abatidos, serão sujeitos a um exame individual e regular minucioso, para observar eventuais sinais de infestação, e garantir que são tomadas medidas equivalentes ao corte, impedindo uma possível disseminação de *A. bungii* das referidas plantas;
- c) Remoção, exame e eliminação segura das plantas abatidas de acordo com as alíneas anteriores, e das suas raízes quando necessário, bem como exame e eliminação de outros produtos vegetais e embalagens de madeira. Devem ser tomadas todas as precauções necessárias para evitar a propagação do organismo especificado durante, e após o abate (utilização de redes e tratamentos). Se possível, proceder logo no local, ao corte e estilhamento da madeira do tronco e dos ramos, ações essas acompanhadas por um inspetor fitossanitário, e devendo o material cortado ser transportado com segurança (embalado ou em camião fechado) para ser posteriormente sujeito a tratamento térmico;
- d) Proibição de qualquer circulação de material potencialmente infestado, para fora da zona demarcada;
- e) Investigação sobre a origem da infestação através do rastreio de plantas, madeira ou a embalagem de madeira em questão, na medida do possível, e exame destes antes de qualquer sinal de infestação. Se o exame revelar que as plantas especificadas estão infestadas, esses vegetais devem ser cortados;
- f) Substituição de plantas especificadas por outras plantas, quando apropriado;
- g) Proibição de plantar novos vegetais especificados ao ar livre, num raio de 100m em torno de vegetais infestados, exceto em locais de produção que atendam aos seguintes requisitos: as plantas devem possuir passaporte fitossanitário; devem ser submetidas a um mínimo de duas inspeções oficiais por ano; ter uma proteção física completa contra a introdução de *A. bungii*, ou ter sido submetido

a tratamentos preventivos adequados, e inspeções oficiais anuais dentro de um raio mínimo de 1 km ao redor;

- h) Prospeção intensiva e minuciosa, para detetar a presença do organismo especificado nas espécies de *Prunus* spp. em toda a zona demarcada, e com especial atenção na zona tampão, e que incluirá pelo menos, uma inspeção anual. Em particular, devem ser examinados individualmente e em detalhe, todas as plantas hospedeiras localizadas na área adjacente às plantas infestadas, ou plantas num raio mínimo de 100m. Quando apropriado, o organismo oficial competente deve proceder a uma amostragem destrutiva direcionada;
- i) Atividades de consciencialização pública sobre a ameaça que representa *A. bungii*, e as medidas tomadas para prevenir a sua introdução e propagação, incluindo as condições relativas à circulação de vegetais, madeira e embalagens de madeira especificada, a partir da zona demarcada;
- j) Quando necessário, medidas específicas para lidar com particularidades ou complicações, que se possa esperar, que impeça, prejudique ou atrase a erradicação, particularmente aquelas relacionadas com a acessibilidade e erradicação adequada de todas as plantas infestadas, ou suspeitos de o estarem, independentemente da sua localização, de se tratar de propriedade pública ou privada, ou da pessoa ou entidade responsável por esses vegetais;
- k) Qualquer outra medida que ajude a erradicar a praga, levando em consideração a Norma ISPM 9 e aplicação de uma abordagem integrada de acordo com os princípios estabelecidos na ISPM 14.

2.4.3 Restrições de circulação

Circulação de plantas especificadas dentro da União

Plantas especificadas originárias de uma zona demarcada, só podem circular dentro da União, se acompanhados de passaporte fitossanitário, elaborado e emitido de acordo com o Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, e se cultivadas por um período mínimo de dois anos antes da circulação, ou, no caso de vegetais que tenham menos dois anos, se cultivados ao longo da sua vida, numa unidade de produção que cumpra os seguintes requisitos:

1. O local de produção deve ser registado em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/2031;

2. O local de produção deve ter sido submetido anualmente a um mínimo de duas inspeções oficiais meticolosas, realizadas em momentos apropriados, e não devem mostrar sinais de infestação de *A. bungii*. No caso de haver uma suspeita elevada quanto à presença do referido organismo, a inspeção deverá incluir uma amostra destrutiva, circunscrita aos caules e ramos dos vegetais;
3. O local de produção deve ter proteção física completa contra a introdução de *A. bungii*; ou,
deve ter sido submetido a tratamentos preventivos adequados, e deve ter sido realizado um procedimento de amostragem destrutivo circunscrito a cada um dos lotes dos vegetais especificados, antes da circulação, para o nível indicado na tabela abaixo;

Número de vegetais no lote	Nível de amostragem destrutiva (n.º de vegetais a destruir)
1-4500	10% da dimensão do lote
> 4500	450

II.

4. O local de produção será submetido a inspeções oficiais anuais num raio mínimo de 1 km ao redor do local, em momentos apropriados, e não deve apresentar quaisquer sinais de infestação;
5. Os porta-enxertos que atendam aos requisitos dos parágrafos 1 a 3, podem ser enxertados com estacas que não foram cultivadas nessas condições, mas que não têm mais de 1 cm de diâmetro no seu ponto mais largo;
6. Plantas especificadas não originárias de zonas demarcadas, mas introduzidas num local de produção nessas áreas, podem circular no interior da União, com a condição de que este local de produção esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos nos pontos 1, 2 e 3, e somente, se os vegetais forem acompanhados de passaporte fitossanitário, preparado e emitido, de acordo com as disposições do Regulamento (UE) 2016/2031;
7. Plantas especificadas importadas de países terceiros onde *A. bungii* está presente, só podem circular dentro da União se estiverem acompanhados de um passaporte fitossanitário, preparado e emitido, de acordo com as disposições do Regulamento (UE) 2016/2031.

Circulação de Madeira Especificada Dentro da União

1. É proibido o movimento dentro da União de madeira especificada originária de uma determinada área demarcada, ou madeira especificada que preservou total ou parcialmente a sua superfície, introduzida numa área demarcada.
2. No entanto, a madeira especificada, exceto na forma de estilhas, partículas, aparas, desperdícios e resíduos, oriundas de áreas demarcadas, ou madeira especificada que conservem total ou parcialmente sua superfície, só poderão circular dentro da União se acompanhado de um passaporte fitossanitário preparado e emitido de acordo com o previsto no Regulamento (UE) 2016/2031. O referido passaporte fitossanitário somente poderá ser emitido se a madeira cumprir com um dos seguintes requisitos:
 - a) Está descascada e foi submetida a um tratamento térmico adequado até atingir uma temperatura mínima de 56°C, durante um período mínimo de 30 minutos, contínuo em todo o perfil da madeira (incluindo no centro). O comprovativo do tratamento térmico deve ser realizado mediante colocação da marca "HT" aposta na madeira ou na embalagem, em conformidade com as práticas em vigor; ou;
 - b) A madeira foi submetida a um processo de radiação ionizante para atingir uma dose mínima de absorção de 1 kGy na sua totalidade.
3. Além disso, a madeira especificada na forma de estilhas, partículas, aparas, desperdícios e resíduos de madeira, oriundos de área demarcada, só pode circular dentro da União, se for acompanhada por um passaporte fitossanitário, preparado e emitido, de acordo com o previsto no Regulamento (UE) 2016/2031, e se cumprir com uma das seguintes condições:
 - a) Está descascada e foi submetida a um tratamento térmico adequado, a fim de atingir uma temperatura mínima de 56°C por um mínimo de 30 minutos, contínua em todo o perfil da madeira (incluindo o centro);
 - b) Foi transformado em peças de espessura e largura igual ou inferior a 2,5 cm.
4. No caso das duas exceções anteriores, se não houver instalações de tratamento ou processamento dentro da área demarcada, a madeira especificada só pode ser movida para a União sob controlo oficial, e em regime fechado, de modo a garantir que *A. bungii* não se pode disseminar, para a instalação mais próxima

fora da área demarcada, e para realizar tratamento ou transformação imediato, de acordo com o referido nos pontos 2 e 3 anteriores.

Os resíduos resultantes do tratamento ou transformação, devem ser eliminados, de modo a garantir, que o organismo especificado não se pode disseminar para fora da zona demarcada.

O organismo oficial competente levará a cabo uma prospeção intensiva, nos momentos oportunos, para detetar a presença de *A. bungii*, mediante inspeções às espécies de *Prunus* spp, num raio de pelo menos 1 km da instalação de tratamento ou transformação.

Circulação de embalagens de madeira especificadas dentro da União

1. Fica proibida a circulação de embalagens de madeira de *Prunus* spp. provenientes de uma zona demarcada.
2. No entanto, a circulação de embalagens de madeira especificada, originárias de uma zona demarcada, só pode ocorrer, se esse material atender às seguintes condições:
 - a) Foi submetido a um dos tratamentos aprovados, especificados no Anexo I da norma internacional para as medidas fitossanitárias (ISPM) n.º 15 da FAO, relativa à “Regulamentação das embalagens de madeira utilizadas no comércio internacional”;
 - b) Apresentar a marca especificada no anexo II da ISPM 15, que indica que a embalagem de madeira especificada foi submetida a um tratamento fitossanitário aprovado, de acordo com a referida norma.
3. Neste caso específico, se as instalações de tratamento não estiverem disponíveis na área demarcada, o material de embalagem de madeira só pode ser transportado sob controlo oficial, e em condições de encerramento, de modo a garantir que *A. bungii* não se dissemine, podendo seguir para a unidade de tratamento mais próxima fora da área demarcada, para realizar um tratamento imediato, e para ser marcada.

Os resíduos resultantes do tratamento de acordo com o primeiro parágrafo, devem ser eliminados, de forma a garantir, que o organismo especificado não se dissemine, fora de uma zona demarcada.

A entidade oficial competente territorialmente, realiza vigilância intensiva, nos momentos apropriados, para detetar a presença do organismo especificado,

mediante inspeções das espécies de *Prunus* spp., num raio de pelo menos 1 km da instalação de tratamento.

2.5 Contenção

Quando, durante um período de quatro anos consecutivos, os resultados das prospeções, referidas acima, confirmarem a presença de *A. bungii* numa zona, e caso haja evidências que o organismo especificado já não pode ser erradicado, a estratégia de erradicação dará lugar à contenção, dentro dessa zona. Nesse caso, o raio da zona tampão, aumentará no mínimo para 4 km, e serão adotadas as seguintes medidas:

- a) Corte imediato de plantas infestadas e plantas apresentando sintomas causados por *A. bungii*, e eliminação completa das suas raízes, se forem observadas galerias larvares abaixo do colo da raiz do vegetal infestado. No caso em que as plantas infestadas sejam observadas fora do período de voo do organismo especificado, o corte e eliminação devem ser realizados, antes do início do próximo voo;
- b) Remoção, exame e eliminação das plantas abatidas e suas raízes, adotando-se todas as precauções necessárias para evitar a disseminação do organismo após o abate;
- c) Proibição de qualquer circulação de material potencialmente infestado, para fora da área demarcada;
- d) Se for o caso, substituição das plantas especificadas por outras plantas;
- e) Proibição de plantar novos vegetais especificados ao ar livre na área infestada, exceto em locais de produção que atendam aos seguintes requisitos: ser registado de acordo com o Regulamento (UE) 2016/2031, sujeito a um mínimo de duas inspeções oficiais anuais, possuir proteção física completa contra a introdução de *A. bungii*, ou ter sido submetido a tratamentos preventivos adequados, e a inspeções oficiais anuais num raio de, pelo menos, 1 km em redor;
- f) Vigilância intensiva para detetar a presença do organismo especificado, em espécies de *Prunus* spp., com atenção especial à zona tampão, que incluirá pelo menos uma inspeção anual, e sendo que o exame deve incluir um procedimento de amostragem destrutivo;
- g) Atividades de consciencialização pública sobre a ameaça que representa *A. bungii*, e as medidas adotadas para impedir a sua introdução e propagação no

interior da União, incluindo as condições relativas à circulação de vegetais e madeira especificados, a partir da zona demarcada;

- h) Quando necessário, medidas específicas para lidar com peculiaridades ou complicações que possam ser esperadas e que impeçam, prejudiquem ou atrasem, a contenção, particularmente aqueles relacionados com a acessibilidade e erradicação de todas as plantas infestadas, ou suspeitas de estarem infestadas, independentemente da sua localização, de se tratar de propriedade pública ou privada, ou da pessoa ou entidade responsável por esses materiais;
- i) Qualquer outra medida que possa contribuir para a contenção da praga.

2.6 Vigilância

No processo de erradicação, a prospeção permitirá verificar o avanço ou recuo do organismo prejudicial, delimitar corretamente, e atualizar, se necessário, a área demarcada, e avaliar a eficácia das medidas tomadas.

As prospeções serão realizadas pelo menos, uma vez por ano, nas espécies hospedeiras, e de preferência entre março e agosto. Essas inspeções consistem em observações visuais, em que se procura detetar orifícios de entrada e saída da praga, serradura nos troncos e ramos das árvores; e uma amostragem e análise, em caso de observação de sintomas suspeitos da presença de *A. bungii*. Os sintomas encontrados podem ser usados como indicadores de amostragem, mas caso não se detete a presença da praga, então é muito importante que se inspecione as plantas ou espécies vegetais que estão nas proximidades, podendo propor-se uma amostragem destrutiva de material vegetal, a fim de controlar a propagação do surto.

As inspeções visuais à madeira, em serrações e indústrias de madeira dentro da área demarcada, também continuarão a ser realizadas, procurando-se os orifícios de saída e entrada da praga, bem como, os vestígios de serradura. Como no caso anterior, caso sejam observados sintomas suspeitos da presença de *A. bungii*, realizam-se amostragens e análises.

Também deve haver uma vigilância da circulação de plantas hospedeiras, madeira especificada e mercadorias com embalagens de madeira de *Prunus* spp., que possam sair da zona demarcada. A vigilância neste caso, consistirá em verificar, se essa circulação

está em conformidade com todos os requisitos e condições detalhados no ponto 2.4.3 deste plano.

Para a deteção precoce da praga é importante consciencializar os técnicos, e operadores e que estão dentro da zona afetada, para o reconhecimento da praga e para as medidas de prevenção, para as quais devem ser realizadas sessões de formação, e difundidas fichas informativas e folhetos.

2.7 Medidas em Caso de Não Conformidade

Caso as medidas de erradicação adotadas nas disposições não sejam cumpridas, o artigo 108.º do Regulamento (UE) 2016/2031 especifica que o Estado-Membro estabelecerá o regime de sanções aplicável. No caso de Portugal, essas sanções estão contempladas no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 67/2020, de 15 de setembro sobre fitossanidade.

Conforme previsto no ponto 2 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 67/2020, em caso de incumprimento das medidas de proteção fitossanitária notificadas, o Estado aplica aquelas medidas substituindo-se ao faltoso, e cobrando-lhe a totalidade das despesas resultantes das operações que efetuar. Por outro lado, no n.º 1 do mesmo artigo, é estabelecido que os encargos resultantes da aplicação das medidas de proteção fitossanitária notificadas, são suportados pelos respetivos operadores profissionais, ou por qualquer outra pessoa mesmo não sendo operador profissional. No caso de proprietários particulares, a destruição notificada, será assim também realizada pelo próprio. Deverá, no entanto, ser prevista contratação de serviços para garantir a rápida destruição das plantas nas situações que se verifique necessidade de apoiar os privados nessa destruição. No caso dos operadores profissionais e no caso das plantas a destruir estarem em espaços públicos, a realização e o custo da destruição dos vegetais são da responsabilidade, no primeiro caso, dos respetivos operadores, e no segundo, das entidades públicas responsáveis por esses espaços.

3. Ações de Formação e Divulgação

Devem ser realizadas pela DGAV, sessões de formação para garantir uma ação harmonizada em todo o território nacional. Essas formações devem ser administradas às entidades envolvidas nas ações de prospeção e amostragem, na área demarcada, nas ações de controlo de implementação de medidas de proteção fitossanitária, assim como, aos técnicos e responsáveis do setor viveirista, de serrações e indústrias de madeira

especificada. Devem ser promovidas sessões de divulgação dirigidos aos operadores profissionais e população em geral, e estabelecido um programa de publicidade, em que a informação sobre a praga seja difundida através dos *media* (televisão, rádio, jornais, revistas), e qualquer outro meio que seja considerado adequado: distribuição de folhetos, fichas técnicas, pósteres, informações no site, etc. A DGAV publicita no seu Portal em <https://www.dgav.pt/plantas/conteudo/sanidade-vegetal/inspecao-fitossanitaria/planos-fitossanitarios/> o Plano de Contingência.

Os editais com a notificação das medidas fitossanitárias e limites da zona demarcada, devem constar do portal da DGAV, DRAP, DRA, ICNF ou IFCN conforme adequado, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia envolvidas, e afixadas nas respetivas instalações.

4. Verificação do Cumprimento do Programa de Erradicação

Para se conseguir atingir com sucesso a erradicação, é necessário que sejam aplicadas um conjunto de medidas de controlo, que possam ser eficazes, mas também é importante que exista colaboração entre as partes intervenientes no programa, nomeadamente, inspetores fitossanitários das DRAP, DRA, ICNF ou IFCN; produtores de plantas hospedeiras e técnicos do setor; responsáveis de serrações e de indústrias madeiras específicas; público em geral.

A DGAV como coordenadora da EGE, avalia o cumprimento do programa de erradicação do organismo especificado, baseando-se nos seguintes critérios:

- A praga não foi detetada fora da zona demarcada;
- O número de focos na zona demarcada, são reduzidos, ano após ano;
- Diminui progressivamente, o nível de infestação dos focos.

O Programa de erradicação deve ser avaliado anualmente, e revisto em função da evolução dos conhecimentos, e da evolução da situação fitossanitária nacional.

Considera-se atingido o objetivo de erradicar a praga *Aromia bungii*, se como resultado da prospeção intensiva e das medidas adotadas, não se detetar a presença da praga por um período consecutivo de quatro anos, deixando assim de haver zona demarcada.

5. Vigência do Plano

O presente Plano de Contingência será revisto sempre que tal se justifique, devendo as entidades envolvidas ser previamente consultadas.

Bibliografia

- CABI ISC (Centre for Agriculture and Bioscience International, Invasive Species Compendium) (2019). Datasheet report for *Aromia bungii* (red necked longicorn), online: <https://www.cabi.org/isc/datasheet/118984>
- EFSA (European Food Safety Authority), Pena E, Schrader G, Vos S. (2019). Pest survey card on *Aromia bungii*. EFSA supporting publication 2019: EN-1731. 22 pp. doi:10.2903/sp.efsa.. EN-1731, online: <https://efsa.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.2903/sp.efsa.2019.EN-1731>
- EPPO (2021) *Aromia bungii* . EPPO Global Database online: <https://gd.eppo.int/taxon/AROMBU>
- EPPO (European and Mediterranean Plant Protection Organization). (2015). *Aromia bungii*. Data sheets on quarantine pests:. In: EPPO Bull 45 (1), S. 4–8. doi: 10.1111/epp.12173, online: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/epp.12173>
- Pest Specific Plant Health Response Plan: Outbreaks of *Aromia bungii*. Plant health – Gov- UK. Online: <https://planthealthportal.defra.gov.uk/assets/uploads/Aromia-bungii-contingency-plan-v8-FINAL.pdf>
- Piano d'azione regionale per la lotta al cerambicide *Aromia bungii*. Giunta Regionale della Campania. Online: http://agricoltura.regione.campania.it/difesa/files/DRD_31-27-03-19.pdf
- Plan de Contingencia de *Aromia bungii* (Faldermann). Direccion General de Sanidad de la Produccion Agraria, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion. Online: https://www.mapa.gob.es/es/agricultura/temas/sanidad-vegetal/pnc_aromia_bungii_sep_2020_tcm30-544950.pdf
- Ostojá-Starzewski JC and Baker RHA. (2017). Red-necked Longhorn: *Aromia bungii*. Plant Pest Factsheet. Online: <https://planthealthportal.defra.gov.uk/assets/factsheets/Aromia-bungii-Defra-PP-Factsheet-May-2017-2.pdf>

- Red-necked Longhorn beetle (*Aromia bungii*). Forest Research - Gov-UK Online: <https://www.forestresearch.gov.uk/tools-and-resources/pest-and-disease-resources/red-necked-longhorn-beetle/>
- Training Course on Plant Health Control, BTSF- 6 June 2016-Naples-Italy (*Aromia bungii*, the outbreak in Campania)

Capa e contracapa, fotografia de Fera Science Ltd

<https://www.forestresearch.gov.uk/tools-and-resources/fthr/pest-and-disease-resources/red-necked-longhorn-beetle/>

Anexos

Anexo I - Ficha de Prospeção de *Aromia bungii*

INFORMAÇÃO BASE	
1. Organismo prospetado:	<i>Aromia bungii</i>
2. DIREÇÃO REGIONAL:	
4. FREGUESIA:	
5. PROPRIEDADE / LOCAL:	
6. INDICAÇÕES ÚTEIS P/ LOCALIZAÇÃO:	
7. PROPRIETÁRIO:	
8. Nº DE REGISTO DE OP. ECONÓMICO:	
9. HOSPEDEIRO / MEIO OBSERVADO (VAR.):	
10. CARACTERIZAÇÃO DO PONTO DE PROSPECÇÃO:	POMAR <input type="checkbox"/> JARDIM <input type="checkbox"/>
	ARMAZÉM <input type="checkbox"/> PORTO <input type="checkbox"/> AEROPORTO <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
11. ÁREA / Nº DE PLANTAS:	
PROSPECÇÃO	
12. OBSERVAÇÃO VISUAL	DATA:
12.1 PRESENÇA DE SINTOMATOLOGIA SUSPEITA:	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
13. COLHEITA DE AMOSTRAS	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
13.1 MÉTODO DE COLHEITA	
13.2 Nº DE AMOSTRAS	
13.3 REFERÊNCIA E NATUREZA DAS AMOSTRAS:	
TÉCNICO:	
RESULTADO LABORATORIAL:	
DATA:	
OBSERVAÇÕES:	
DATA:	

Anexo II - Contatos dos serviços de inspeção fitossanitária

<p>Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) Divisão de Inspeção Fitosanitária e de Materiais de Propagação Vegetativa Edifício 1 - Tapada da Ajuda 1349-018 Lisboa Tlf. +351 123 613 200 Email: difmpv@dgav.pt Site Internet http://www.dgav.pt</p>	<p>DRAP Norte (DRAPN) Divisão de Apoio ao Setor Agroalimentar Est. Ext. Circunvalação, 11.846 4460-281 Senhora da Hora Tel. 229 574 010 Email: informacao@drapnorte.gov.pt Site Internet http://portal.drapnorte.gov.pt/</p>
<p>DRAP Centro (DRAPC) Divisão de Apoio à Agricultura e Pescas Av. Fernão de Magalhães, nº 465 3000- 177 Coimbra Tlf. - 239 800 500 Email: daap@drapc.gov.pt Site Internet: http://www.drapc.gov.pt/</p>	<p>DRAP Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural Quinta das Oliveiras - E.N. 3 2000-471 Santarém Tlf.: 243 377 500 - Fax: 263 279 610 Email: dsdar@draplvt.gov.pt Site Internet http://www.draplvt.mamaot.pt</p>
<p>DRAP Alentejo (DRAPAL) Divisão de Sanidade Vegetal e Segurança Alimentar Quinta da Malagueira - Apartado 83 7002-553 Évora Tlf.: 266 757 886 – Fax: 266 757 897 Email: dv.alimentar@drapal.min-agricultura.pt Site Internet http://www.drapal.min-agricultura.pt</p>	<p>DRAP Algarve (DRAPALG) Divisão de Sanidade Patação, Apartado 282 8001-904 Faro Tlf.: 289 870 700 - Fax 289 870 790 Email: certifito@drapalgarve.gov.pt; gabdirector@drapalgarve.gov.pt Site Internet https://www.drapalgarve.gov.pt/</p>
<p>Direção Regional de Agricultura (DRAg) DSA - Açores Direção de Serviços de Agricultura Quinta de S. Gonçalo 9500-343 Ponta Delgada - R. A. Açores Tlf. 296 204 350 - Fax 296 653 026 Email: info.dsa@azores.gov.pt Site Internet https://portal.azores.gov.pt/</p>	<p>Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRA-RAM) Gabinete do Diretor Regional Divisão de Auditoria e Inspeção Avenida Arriaga, 21 A Edifício Golden Gate 2º andar 9000-060 Funchal Tlf.: 291 145 400 Email: insp.fitossanitaria.sra@gov-madeira.pt Site Internet http://www.madeira.gov.pt/</p>



Campo Grande nº50
1700-093 Lisboa

Tel.: +351 213 239 500
www.dgav.pt